

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA

Prestação de Contas
Anual Simplificada
2015

Governador

Rui Costa

Secretário da Fazenda

Manoel Vitório da Silva Filho

Subsecretário da Fazenda

João Batista Aslan Ribeiro

Chefe de Gabinete

Adriano Tadeu Oliveira Guedes Chagas

Superintendente de Administração Financeira

Antônio Humberto Novais de Paula

Coordenador Geral de Planejamento,
Acompanhamento e Controle Financeiro

Ranulfo Contreiras Lima Filho

Diretor da Contabilidade Pública

Manuel Roque dos Santos Filho

Diretor do Tesouro

Arlindo Luiz de Santana Júnior





SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA

Prestação de Contas Anual Simplificada 2015

SECRETARIA DA
FAZENDA

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 O que é a Prestação de Contas Anual? **6**

CAPÍTULO 2 Como é dividido o Relatório da Prestação de Contas? **8**

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

CAPÍTULO 3 O que é o orçamento público? **10**

CAPÍTULO 4 O que são receitas orçamentárias? **12**

Receitas orçamentárias 13

Receitas correntes 13

Receitas de capital 14

Receitas previstas x receitas realizadas 15

CAPÍTULO 5 O que são despesas orçamentárias? **16**

Despesas orçamentárias 17

Despesas correntes 17

Despesas de capital 18

Grupos de despesas 19

CAPÍTULO 6 Como se dá a classificação funcional da despesa orçamentária? **20**

Despesas por Função Previstas X Realizadas 21

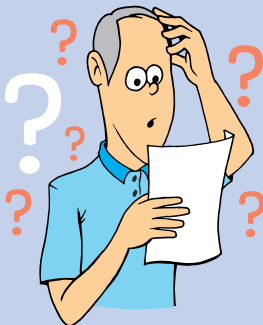
CAPÍTULO 7 O que é o Balanço Orçamentário? **26**

CAPÍTULO 8 Como se dá a análise do Balanço Orçamentário? **28**

Comportamento da receita 29

Comportamento da despesa 30

Resultado orçamentário 31



GESTÃO FINANCEIRA

CAPÍTULO 9 O que é o Balanço Financeiro? 32

CAPÍTULO 10 Como calcular o resultado financeiro? 36

GESTÃO PATRIMONIAL

CAPÍTULO 11 O que é o Balanço Patrimonial? 38

CAPÍTULO 12 Como é dividido o Balanço Patrimonial? 40

Balanço Patrimonial Resumido 42

Ativo e passivo 43

Classificação em circulante e não circulante 43

Classificação em financeiro e permanente 46

CAPÍTULO 13 Como é calculado o resultado financeiro no Balanço Patrimonial? 48

CAPÍTULO 14 O que são variações patrimoniais? 50

Reflexo das variações patrimoniais na análise do orçamento

– Um olhar do patrimônio para o orçamento 51

CAPÍTULO 15 O que é a demonstração das variações patrimoniais? 52

CAPÍTULO 16 Como o resultado das variações patrimoniais afeta o Balanço Patrimonial? 54

CAPÍTULO 17 O que é a provisão matemática previdenciária? 58

GESTÃO FISCAL

CAPÍTULO 18 Lei de Responsabilidade Fiscal 60

CAPÍTULO 19 O que é a Dívida Pública? 64

GESTÃO ECONÔMICA

CAPÍTULO 20 O que é Balanço Econômico? 66



CAPÍTULO I

O que é a Prestação de Contas Anual?



Fazer a Prestação de Contas Anual é um dever de todo administrador público e norma elementar de conduta de quem quer que se utilize dos recursos públicos, conforme definido no Art. 70, parágrafo único da Constituição Federal:

“Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos (...)”.

Por meio da Prestação de Contas Anual, a sociedade toma conhecimento de como os recursos públicos foram aplicados.

No Estado da Bahia, é no relatório de prestação de contas do governador que os valores recebidos e gastos pelo Estado são demonstrados, sob os pontos de vista do Orçamento, das Finanças, do Patrimônio e da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

CAPÍTULO 2

Como é dividido o Relatório da Prestação de Contas?



O Relatório elaborado pela Secretaria da Fazenda é dividido em módulos de gestão:

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

GESTÃO FINANCEIRA

GESTÃO PATRIMONIAL

GESTÃO FISCAL

GESTÃO ECONÔMICA

O que é o orçamento público?



O ente público precisa anualmente realizar um planejamento de suas receitas e despesas. O orçamento público é aprovado pela Assembleia Legislativa por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA, que demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas para determinado ano.

O orçamento de 2015 foi aprovado pela Lei nº 13.225, de 23 de janeiro de 2015.

A partir da previsão da receita a ser arrecadada e da fixação das despesas a serem pagas pelos Órgãos, Entidades e Fundos Públicos é que pode ser iniciado o chamado exercício financeiro.

Na área pública, um dos princípios orçamentários é o do equilíbrio. Significa que as receitas previstas deverão ser iguais às despesas fixadas. Legalmente, na execução do orçamento o Estado não pode gastar mais do que arrecada.



CAPÍTULO 4

O que são receitas
orçamentárias?



Todo recurso que entra nos cofres do Estado é considerado um ingresso. Quando esse ingresso pode ser utilizado para pagamento de despesas orçamentárias, é classificado como receita orçamentária.

Quando o ingresso precisa ser devolvido para o seu depositante, ele é considerado um ingresso extraorçamentário.

As receitas orçamentárias estão classificadas quanto à sua natureza como receitas correntes ou receitas de capital.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

São todos ingressos de recurso financeiro que representem, geralmente, disponibilidade para que o erário possa financiar as despesas orçamentárias.

RECEITAS CORRENTES

São os recursos originários do poder do Estado de recolher tributos, bem como das demais atividades exercidas pelo Poder Público, além dos juros e outros encargos recebidos em decorrência de operações de crédito realizadas, bem como os recursos recebidos a título de transferências de convênios ou similares.

RECEITAS DE CAPITAL

São aquelas provenientes da conversão, em espécie, de bens e direitos compreendidos no ativo não circulante, a decorrente de recebimento de amortização de operação de crédito realizada, bem como o recurso oriundo de operação de crédito interna ou externa, inclusive emissão de títulos.

Em 2015, as receitas correntes representaram 96,4% da receita orçamentária realizada pelo Estado.

GRÁFICO 01 RECEITAS REALIZADAS.



Fonte: FIPLAN

RECEITAS PREVISTAS X RECEITAS REALIZADAS

RECEITAS CORRENTES

PREVISÃO ATUALIZADA



R\$ 39.562.914 MIL

REALIZAÇÃO



R\$ 39.313.394 MIL

RECEITAS DE CAPITAL

PREVISÃO ATUALIZADA



R\$ 3.988.326 MIL

REALIZAÇÃO



R\$ 1.557.941 MIL

Fonte: FIPLAN

O total de receitas correntes chegou a 99,4% do previsto, alcançando o montante de R\$ 39.313.394 mil. As receitas de capital totalizaram 39,1% do previsto na LOA, em função da frustração na execução das operações de crédito.

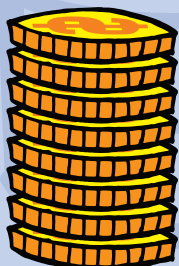
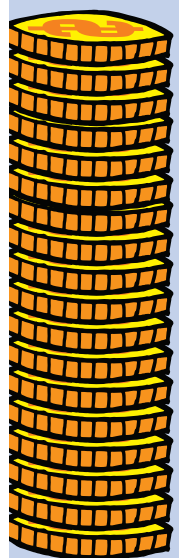
CAPÍTULO 5

O que são despesas orçamentárias?

Todo recurso que sai dos cofres do governo é considerado um dispêndio. Quando esse gasto não é uma devolução de um ingresso extraorçamentário, é considerado uma despesa orçamentária. Já quando a saída se dá para fazer face a esse tipo de devolução, classificamos como dispêndio extraorçamentário.

As despesas orçamentárias estão classificadas quanto à sua categoria econômica como despesas correntes ou despesas de capital.





DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

São aquelas que dependem de autorização legislativa para serem realizadas, nos termos da legislação orçamentária, e dentro dos limites dos créditos orçamentários, com vistas a realizar suas competências institucionais.

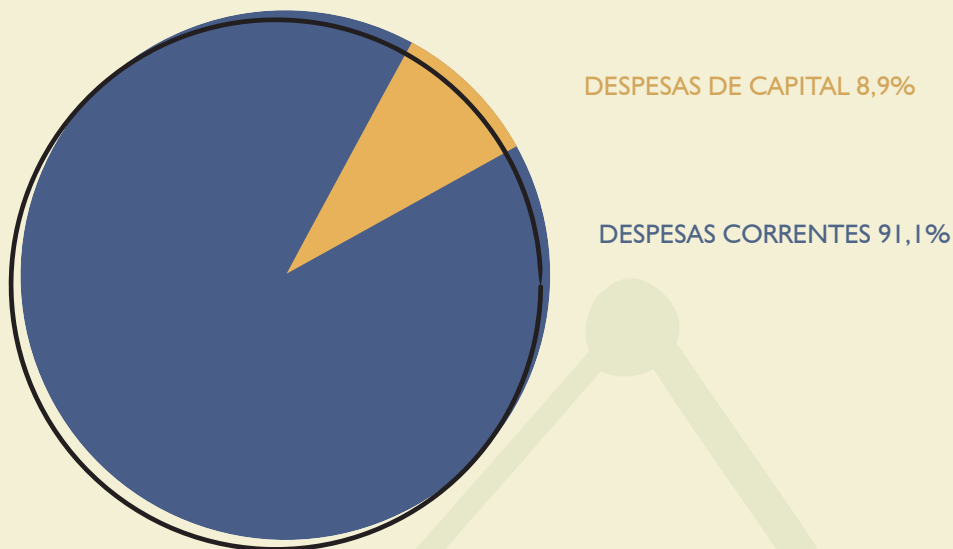
DESPESAS CORRENTES

São aquelas que contribuem diretamente para a manutenção e a prestação de serviços anteriormente criados, o pagamento de benefícios sociais a servidores ativos e inativos, a transferência a outros entes da Federação ou entidade privada, a realização de obras de adaptação e conservação de bens imóveis e de uso comum, e o pagamento de juros e outros encargos da dívida.

DESPESAS DE CAPITAL

São aquelas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, e são destinadas à execução de obras, à integralização de capital, às aquisições de bens, bem como à concessão de empréstimos, ao refinanciamento e à amortização da dívida.

GRÁFICO 02 COMPOSIÇÃO DA DESPESA – 2015



Fonte: FIPLAN / SEFAZ

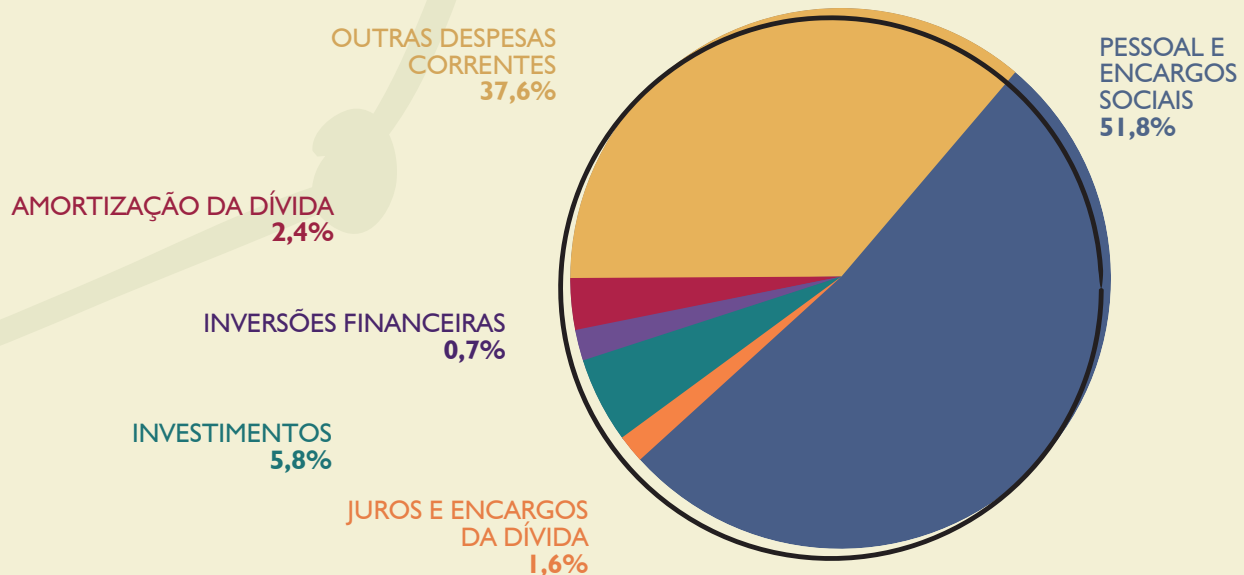
Em 2015, das despesas orçamentárias do Estado, 91,1% foram despesas correntes.

GRUPOS DE DESPESAS

As despesas orçamentárias, quanto à sua natureza, estão divididas em grupos:

- Despesas com pessoal e encargos sociais;
- Despesas com juros de dívidas;
- Outras despesas correntes (manutenção para funcionamento dos Órgãos e Entidades);
- Investimentos (compra de veículos, obras, construções de escolas, estradas etc.);
- Inversões financeiras (aquisição de bens de terceiros já em uso);
- Amortização da dívida (pagamento de empréstimos).

GRÁFICO 03 COMPOSIÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA – 2015



Fonte: FIPLAN / SEFAZ

Em 2015, o Estado gastou com investimentos 5,8% de suas despesas, totalizando R\$ 2.292.137 mil. A despesa total do Estado realizada alcançou o valor de R\$ 39.435.478 mil.

CAPÍTULO 6

Como se dá a
classificação
funcional da despesa
orçamentária?

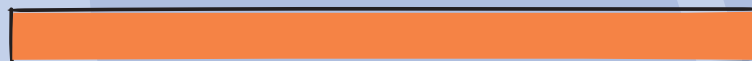


Além da classificação por natureza, a despesa orçamentária é segregada no orçamento por funções, que demonstram os gastos nas diversas áreas sociais de atuação do governo.

DESPESAS POR FUNÇÃO PREVISTAS X REALIZADAS

SEGURANÇA PÚBLICA

PREVISÃO ATUALIZADA



R\$ 323.450 MIL

REALIZAÇÃO 27%



R\$ 88.069 MIL

ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREVISÃO ATUALIZADA



R\$ 69.641 MIL

REALIZAÇÃO 84%



R\$ 58.151 MIL

SAÚDE

PREVISÃO ATUALIZADA



R\$ 285.138 MIL

REALIZAÇÃO 30%



R\$ 85.697 MIL

EDUCAÇÃO

PREVISÃO ATUALIZADA



R\$ 167.868 MIL

REALIZAÇÃO 41%



R\$ 68.994 MIL

A figura mostra alguns dos principais investimentos por funções de governo, com seu valor executado pelo Estado e a porcentagem de execução de acordo com o que foi planejado.



CULTURA

PREVISÃO ATUALIZADA



R\$ 64.367 MIL

REALIZAÇÃO 73%



R\$ 47.256 MIL

SANEAMENTO

PREVISÃO ATUALIZADA



R\$ 1.200.191 MIL

REALIZAÇÃO 41%



R\$ 461.262 MIL

TRANSPORTE

PREVISÃO ATUALIZADA

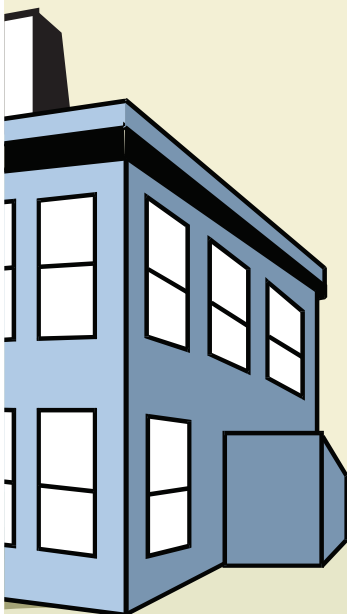


R\$ 421.531 MIL

REALIZAÇÃO 62%



R\$ 261.765 MIL



URBANISMO

PREVISÃO ATUALIZADA



R\$ 2.057.939 MIL

REALIZAÇÃO 30%



R\$ 611.368 MIL

GESTÃO AMBIENTAL

PREVISÃO ATUALIZADA



R\$ 49.329 MIL

REALIZAÇÃO 58%



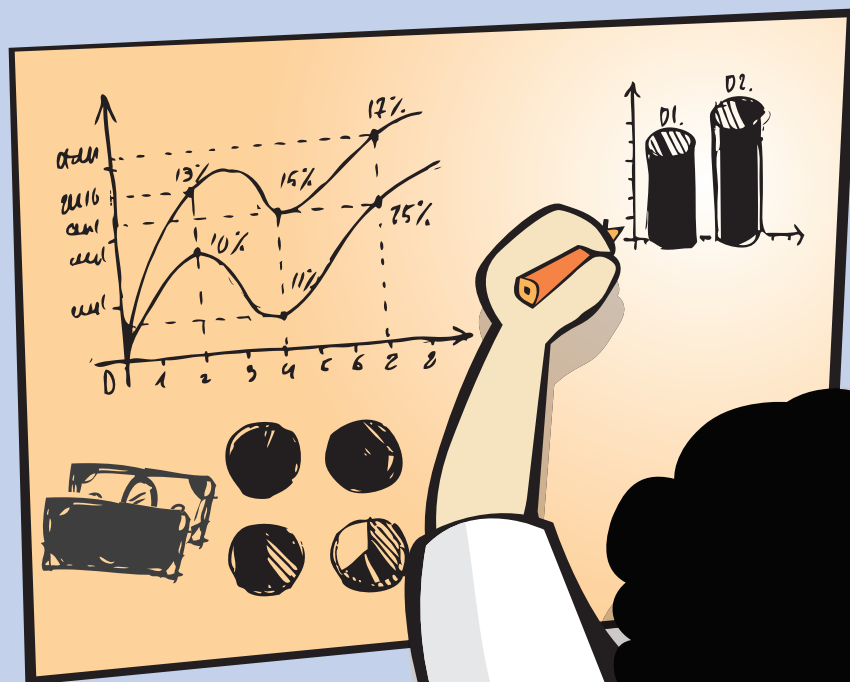
R\$ 28.648 MIL

As funções de maior representatividade na execução foram: Urbanismo, Saneamento e Transporte, totalizando 58,2% dos investimentos do Estado em 2015.



CAPÍTULO 7

O que é o Balanço Orçamentário?



O Balanço Orçamentário é um demonstrativo que apresenta o comportamento das receitas e das despesas orçamentárias, comparando os valores de receitas previstas com as receitas realizadas, de despesas fixadas com as despesas executadas em todas as suas etapas, bem como o confronto entre as receitas e despesas, apurando o resultado orçamentário.

É apresentado também, nesse demonstrativo, o comportamento dos restos a pagar processados e não processados¹.

TABELA 01 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RESUMIDO – 2015

Valores em Real

ESPECIFICAÇÃO	Receita			
	Prevista Atualizada	Realizada	Diferença	Realização ⁽¹⁾
Receitas Correntes ⁽³⁾	42.017.798.174	42.183.936.177	166.138.003	100,40%
(-) Conta Retificadora da Receita Corrente	-4.424.541.878	-4.526.432.622	-101.890.744	102,30%
Receitas Correntes Retificadas (A) ⁽²⁾	37.593.256.296	37.657.503.555	64.247.259	100,17%
Receitas de Capital (B)	3.988.326.019	1.555.666.111	-2.432.659.908	39,01%
SOMA I (A + B)	41.581.582.315	39.213.169.666	-2.368.412.649	94,30%
	Despesa ⁽⁴⁾			
	Fixada Atualizada	Empenhada	Diferença	Realização ⁽¹⁾
Despesas Correntes (C)	37.470.050.742	35.907.394.569	1.562.656.173	95,83%
Despesas de Capital (D)	7.326.054.047	3.528.083.666	3.797.970.381	48,16%
Reserva de Contingência (E)	64.403	0	64.403	
SOMA II (C+D+E)	44.796.169.192	39.435.478.235	5.360.690.957	88,03%
SUPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO		-222.308.569		
TOTAL		39.213.169.666		

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

⁽¹⁾ Percentual de realização da receita e da despesa em comparação a sua previsão

⁽²⁾ Essa nomenclatura diverge da denominação utilizada no FIPLAN para diferenciá-lo da receita Corrente Líquida (RCL) apurada na LRF.

⁽³⁾ As Receitas Intraorçamentárias Correntes foram incluídas em Receitas Correntes.

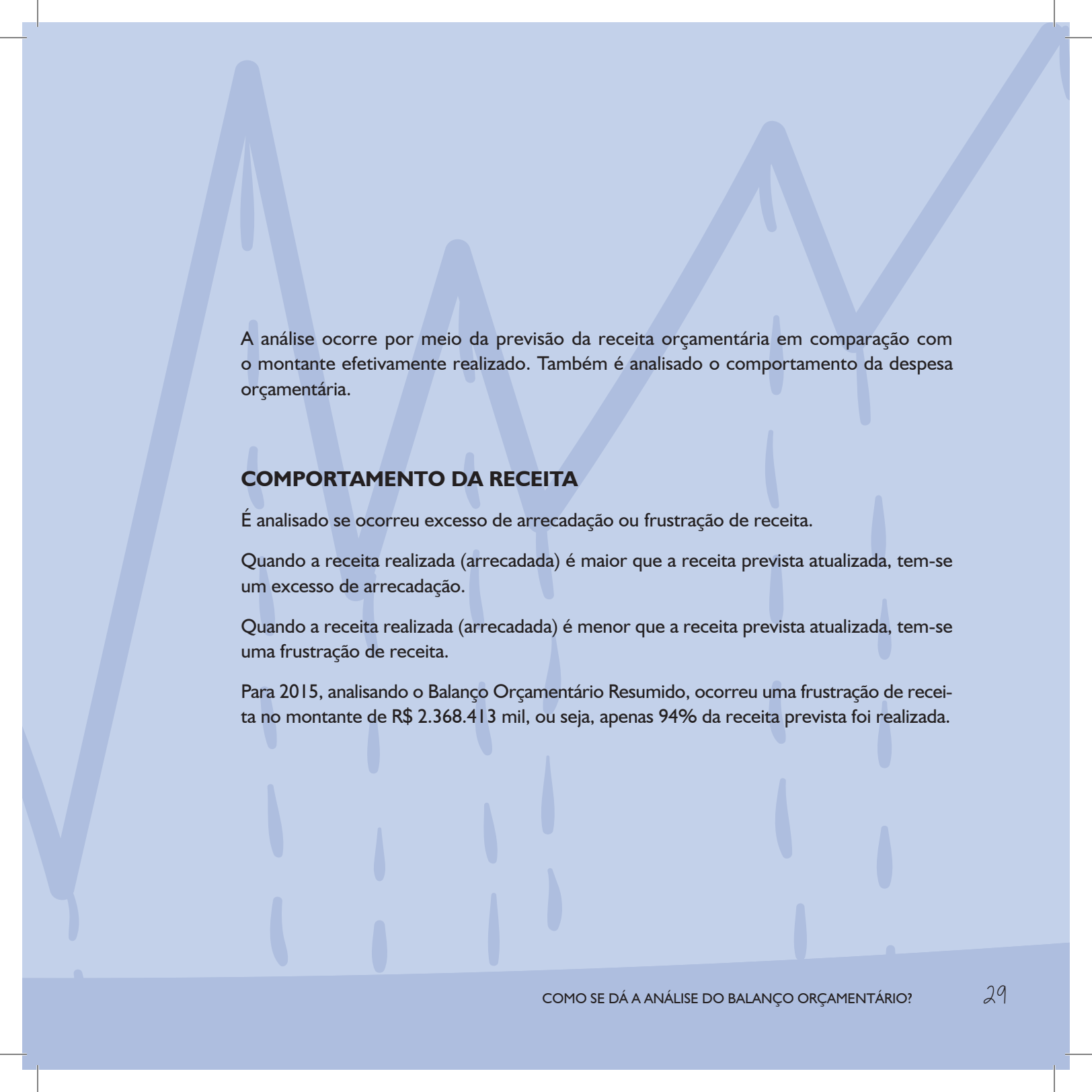
⁽⁴⁾ Para o Balanço Orçamentário Resumido foram excluídas as colunas de liquidado e pago.

¹ Os restos a pagar são despesas que foram empenhadas pelos Órgãos, Entidades e Fundos Públicos do Estado, mas não foram pagas ao final do exercício financeiro.

CAPÍTULO 8

Como se dá a análise
do Balanço Orçamentário?





A análise ocorre por meio da previsão da receita orçamentária em comparação com o montante efetivamente realizado. Também é analisado o comportamento da despesa orçamentária.

COMPORTAMENTO DA RECEITA

É analisado se ocorreu excesso de arrecadação ou frustração de receita.

Quando a receita realizada (arrecadada) é maior que a receita prevista atualizada, tem-se um excesso de arrecadação.

Quando a receita realizada (arrecadada) é menor que a receita prevista atualizada, tem-se uma frustração de receita.

Para 2015, analisando o Balanço Orçamentário Resumido, ocorreu uma frustração de receita no montante de R\$ 2.368.413 mil, ou seja, apenas 94% da receita prevista foi realizada.

COMPORTAMENTO DA DESPESA

É analisado se ocorreu economia orçamentária.

Quando a despesa executada (empenhada) é menor que a dotação atualizada, tem-se uma economia orçamentária.

ATENÇÃO: O ente público não pode executar (empenhar) valor maior que aquele autorizado em orçamento, que é distribuído nos Órgãos, Entidades e Fundos Públicos por meio de dotações orçamentárias.

Para 2015, analisando o Balanço Orçamentário Resumido, ocorreu uma economia orçamentária no montante de R\$ 5.360.691 mil.



RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

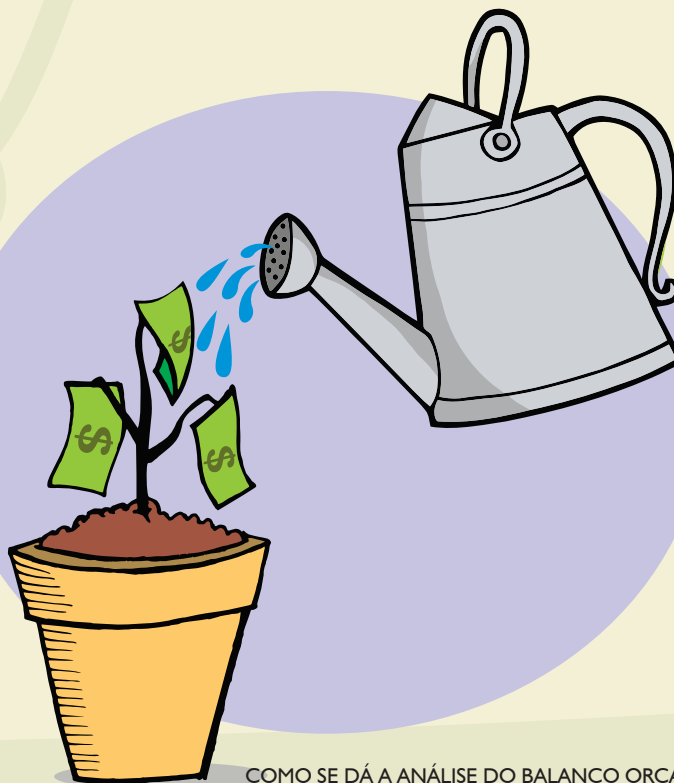
É analisado se ocorreu superávit ou déficit.

O resultado orçamentário corresponde ao confronto entre as receitas realizadas (arrecadadas) e as despesas empenhadas.

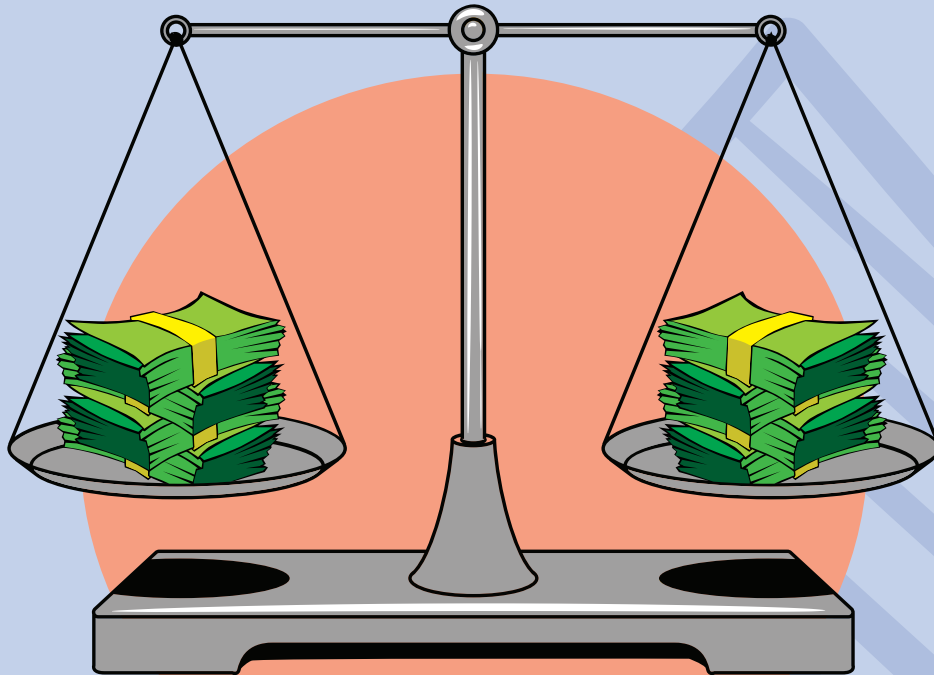
Quando a receita orçamentária é maior que a despesa orçamentária, tem-se um superávit orçamentário.

Quando a despesa orçamentária é maior que a receita orçamentária, tem-se um déficit orçamentário.

Como o total da receita realizada foi de R\$ 39.213.170 mil, e o total da despesa executada foi de R\$ 39.435.478 mil, ocorreu um déficit orçamentário no valor de R\$ 222.309 mil.



O que é o Balanço Financeiro?



EXERCÍCIO
ANTERIOR

EXERCÍCIO
SEGUINTE

É no demonstrativo contábil que se evidenciam, num dado momento, as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos contábeis do ativo circulante provenientes do exercício anterior, e com os saldos contábeis que se transferem para o exercício seguinte.

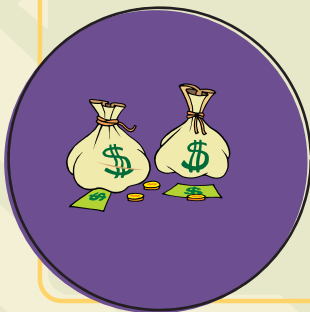


SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR



+ RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS E INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

SALDO P/ EXERCÍCIO SEGUINTE



- DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS E DISPÊNDIOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

O Balanço Financeiro, que corresponde ao Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, está demonstrado em sua forma legal nos anexos das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado – Ano 2015. Com o objetivo de facilitar o entendimento de tal demonstrativo, foi elaborado um Balanço Financeiro Resumido, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

TABELA 02 BALANÇO FINANCEIRO RESUMIDO – 2015

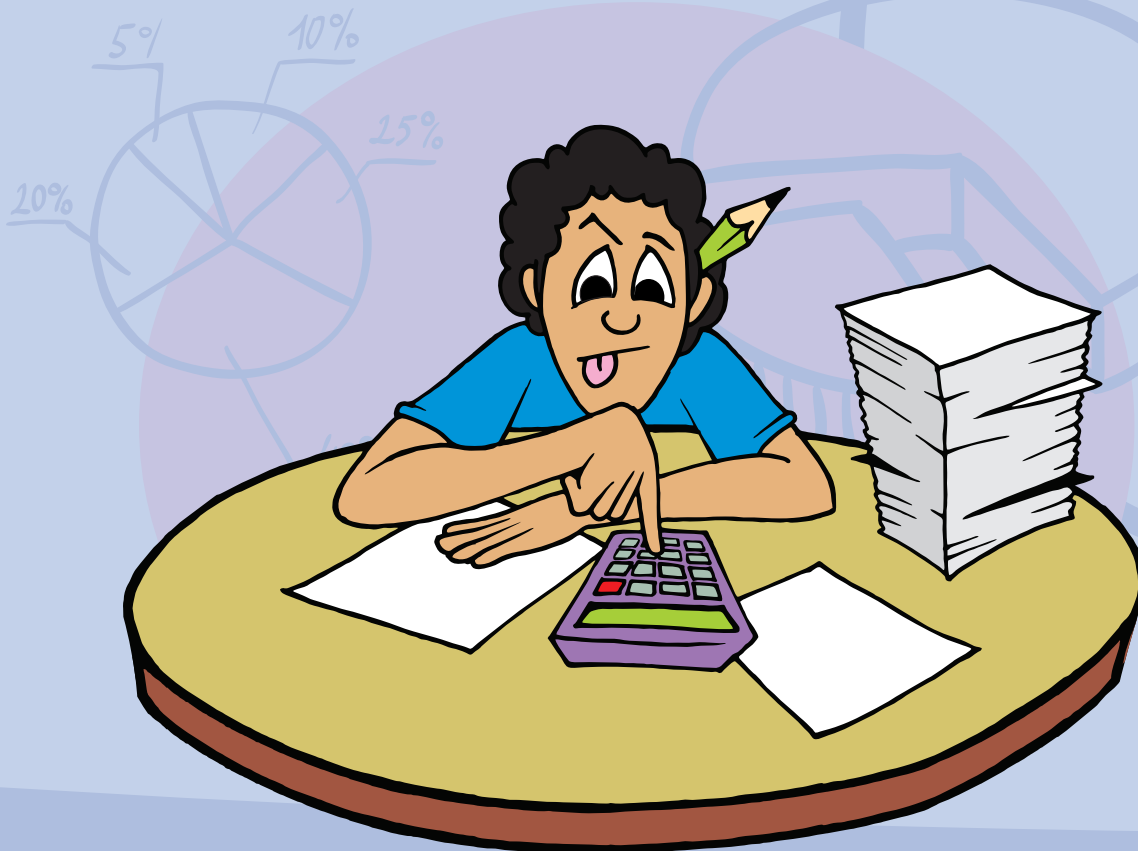
Valores em Real

DISCRIMINAÇÃO	Ingressos	Dispêndios
Orçamentários	39.213.169.665	39.435.478.235
Transferências Financeiras	-	-
Extraorçamentários	2.182.535.339	2.015.246.460
SUB-TOTAL	38.525.162.515	38.568.954.539
Saldo do Exercício Anterior	6.567.818.209	
Saldo para o Exercício Seguinte		6.512.828.519
TOTAL	47.963.523.214	47.963.523.214

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

CAPÍTULO 10

Como calcular o resultado financeiro?

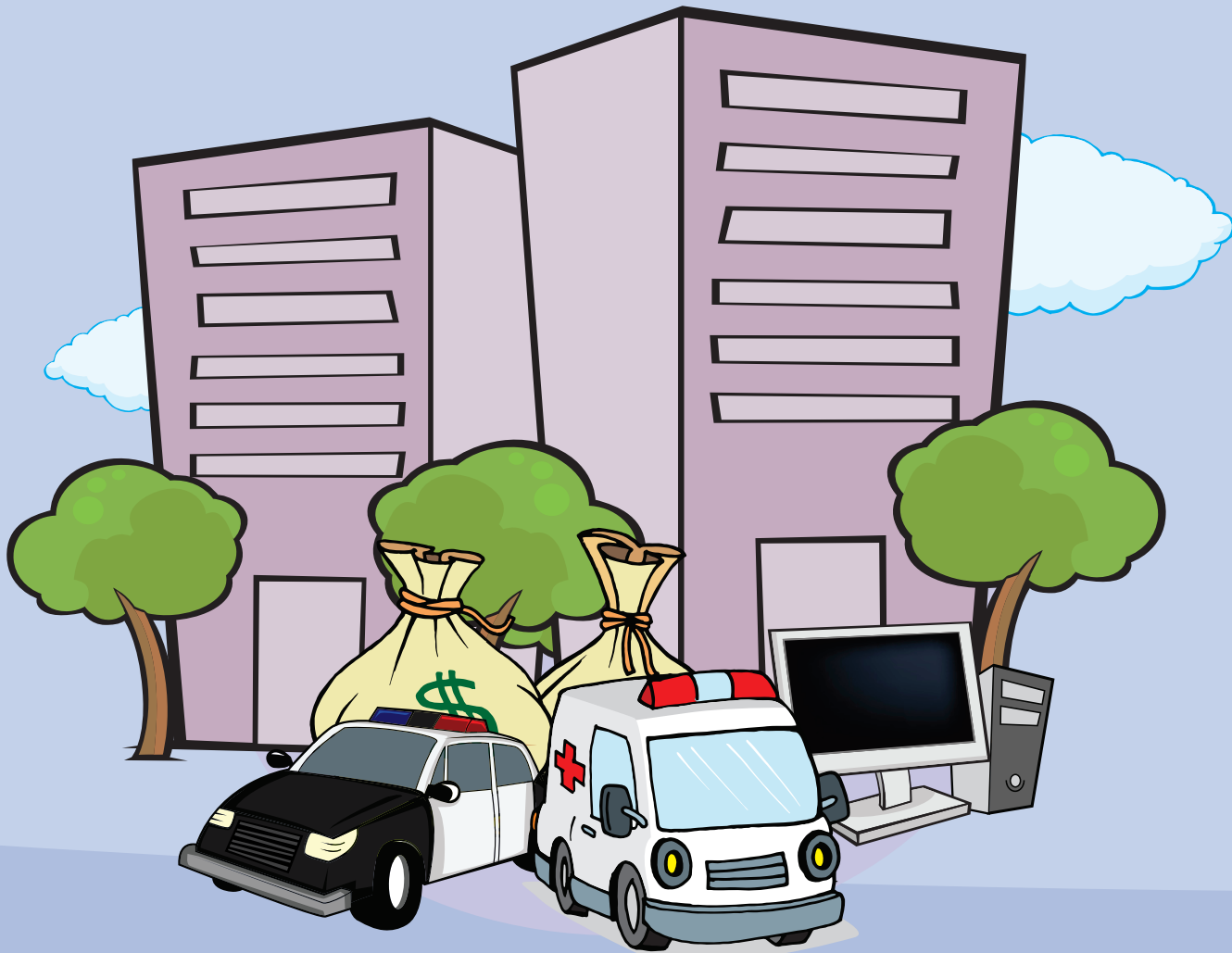


A estrutura do Balanço Financeiro permite verificar, nos confrontos entre as receitas e as despesas orçamentárias e nos ingressos e dispêndios extraorçamentários, o resultado financeiro do exercício, bem como os saldos contábeis do caixa ou equivalente que se transferem para o exercício seguinte. Esse saldo pode ser positivo (superávit) ou zero (equilíbrio). Poderá ocorrer déficit financeiro quando realizamos dispêndios superiores aos ingressos totais, situação em que os valores são suportados por saldos positivos de exercícios anteriores.

Em 2015, o Estado apresentou um déficit financeiro no valor de R\$ 43.792 mil, obtido pela diferença dos ingressos e dispêndios do exercício.



O que é o Balanço Patrimonial?



É o demonstrativo que apresenta o patrimônio de Órgãos, Entidades e Fundos Públicos em seus bens, direitos e obrigações. Este Balanço traz o resultado da situação patrimonial ou patrimônio líquido.

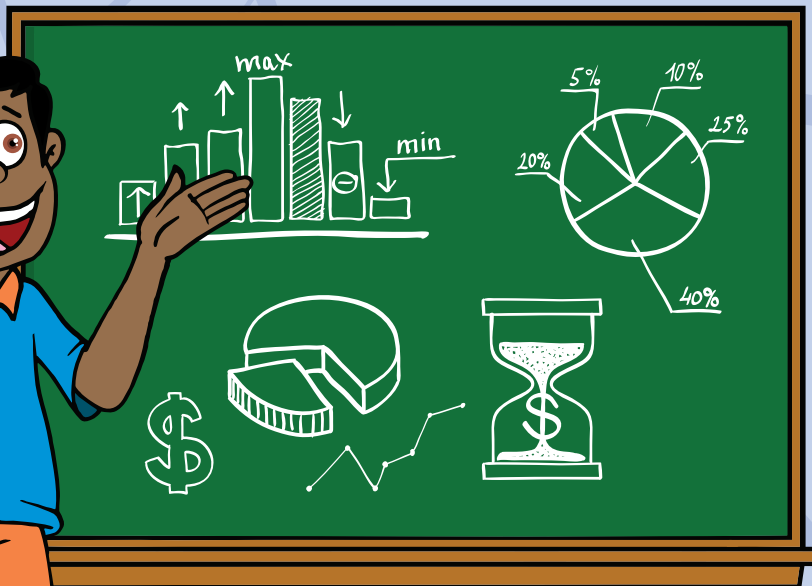
O Balanço Patrimonial possui uma equação básica do patrimônio, na qual o somatório dos bens e dos direitos, menos as obrigações do ente, resulta no patrimônio líquido.

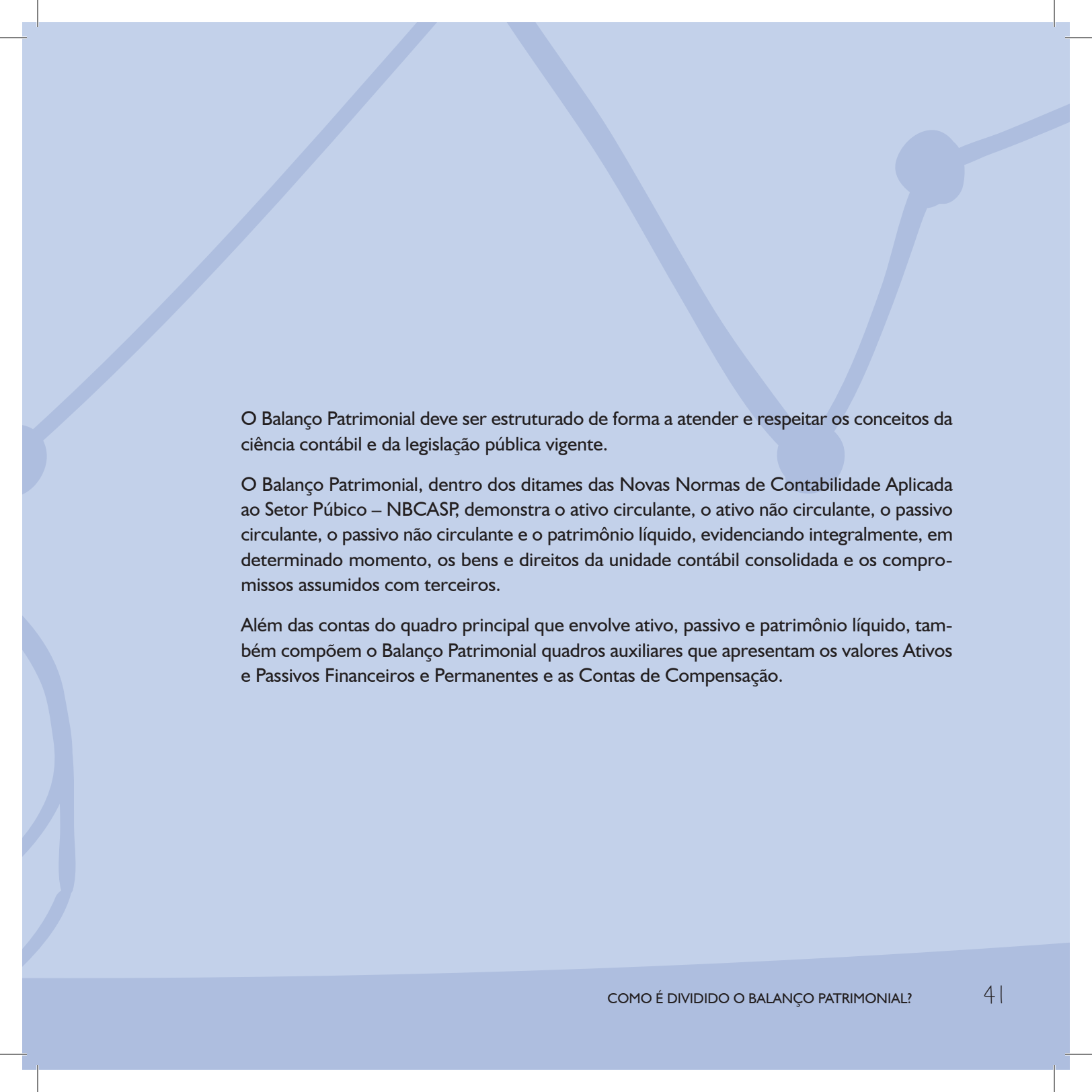


$$BENS + DIREITOS - OBRIGAÇÕES = PATRIMÔNIO LÍQUIDO$$

CAPÍTULO 12

Como é dividido o Balanço Patrimonial?





O Balanço Patrimonial deve ser estruturado de forma a atender e respeitar os conceitos da ciência contábil e da legislação pública vigente.

O Balanço Patrimonial, dentro dos ditames das Novas Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP, demonstra o ativo circulante, o ativo não circulante, o passivo circulante, o passivo não circulante e o patrimônio líquido, evidenciando integralmente, em determinado momento, os bens e direitos da unidade contábil consolidada e os compromissos assumidos com terceiros.

Além das contas do quadro principal que envolve ativo, passivo e patrimônio líquido, também compõem o Balanço Patrimonial quadros auxiliares que apresentam os valores Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e as Contas de Compensação.

BALANÇO PATRIMONIAL RESUMIDO

A seguir está demonstrado o Balanço Patrimonial Resumido do Estado da Bahia.

TABELA 03 BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em Real

ATIVO	2015	AV ⁽¹⁾	PASSIVO	2015	AV ⁽²⁾
Ativo Circulante	9.163.391.103	31,04%	Passivo Circulante	6.392.675.843	21,66%
Ativo não Circulante	20.355.819.822	68,96%	Passivo não Circulante	186.808.567.975	632,84%
			TOTAL PASSIVO	193.201.243.819	654,49%
			Total do Patrimônio Líquido	(163.682.032.893)	-554,49%
TOTAL	29.519.210.926	100%	TOTAL	29.519.210.926	100%
Ativo Financeiro	8.057.350.977		Passivo Financeiro	2.039.988.746	
Ativo Permanente	21.461.859.948		Passivo Permanente	191.161.255.073	
			Saldo Patrimonial	(163.682.032.893)	
TOTAL	29.519.210.926		TOTAL	29.519.210.926	
COMPENSAÇÕES			COMPENSAÇÕES		
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015		Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015	
Atos Potenciais	155.396.888		Atos Potenciais	47.850.036.326	
TOTAL	155.396.888		TOTAL	47.850.036.326	

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

⁽¹⁾ Análise Vertical Participação do item no total do Ativo

⁽²⁾ Análise Vertical Participação do item no total do Passivo

⁽³⁾ Análise Vertical Participação do item no total do Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido alcançou o montante de R\$ 163.682.033 mil negativos. Isso demonstra que as obrigações superaram os bens e direitos do Estado.

ATIVO E PASSIVO

Ativos são recursos controlados pelo Órgão, Entidade e Fundo Público como resultado de eventos passados. Espera-se que destes resultem benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços para o Órgão, Entidade e Fundo Público. São os bens e os direitos do Ente Público.

Estão demonstrados no ativo tributos a receber, aplicações financeiras, veículos, edificações, disponibilidades em bancos, etc.

Passivos são obrigações presentes do Órgão, Entidade e Fundo Público derivadas de eventos passados. Espera-se que, do pagamento dos passivos, resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

São demonstrados no passivo precatórios, dívidas com credores, cauções de empresas contratadas pelo Estado, dívidas de empréstimos efetuados pelo Estado com bancos, etc.

CLASSIFICAÇÃO EM CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- estiverem disponíveis para realização imediata; ou
- tiverem a expectativa de realização em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis.

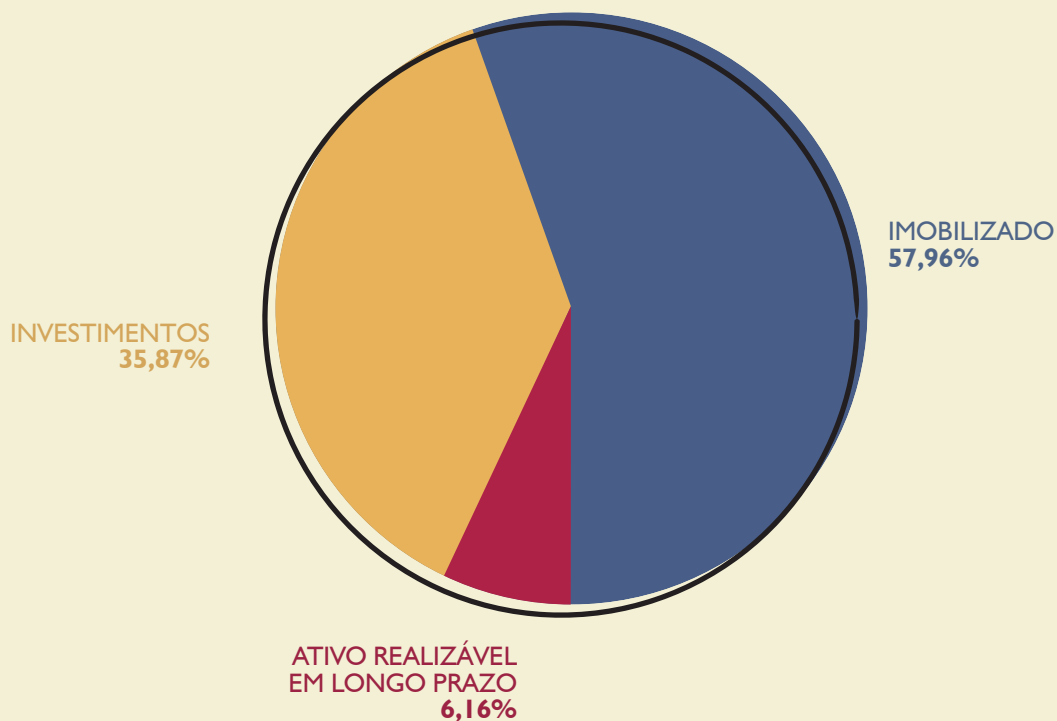
Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

No ano de 2015, o ativo e o passivo do Estado da Bahia atingiram os montantes de R\$ 29.519.211 mil e R\$ 193.201.244 mil, respectivamente. Destes, 69% correspondem ao ativo não circulante e 97% ao passivo não circulante.

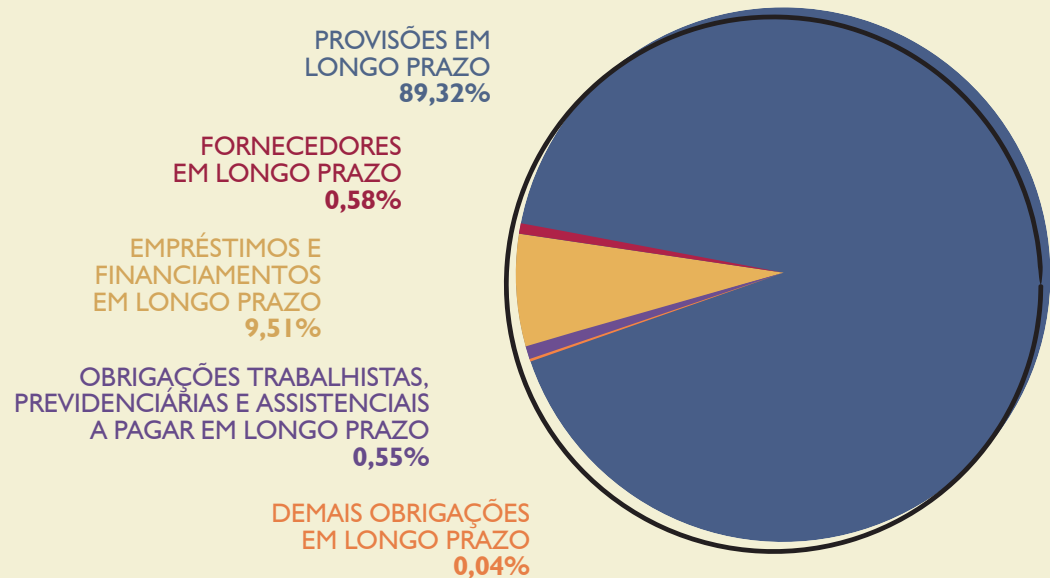
A seguir, seguem as composições do ativo não circulante e do passivo não circulante.

GRÁFICO 04 COMPOSIÇÃO ATIVO NÃO CIRCULANTE – 2015



Fonte: FIPLAN / SEFAZ

GRÁFICO 05 COMPOSIÇÃO PASSIVO NÃO CIRCULANTE – 2015



Fonte: FIPLAN / SEFAZ

Cerca de 58% do ativo não circulante correspondem ao ativo imobilizado, que por sua vez apresenta sua maior participação em Bens Imóveis, incluindo a depreciação ocorrida no exercício.

Cerca de 89% do passivo não circulante correspondem a provisões de longo prazo, que são estimativas em reconhecer no balanço quando as Entidades possuem obrigações legais ou constituídas como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar as obrigações.

CLASSIFICAÇÃO EM FINANCEIRO E PERMANENTE

O ativo financeiro engloba os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e dos valores numerários.

O passivo financeiro compreende as dívidas e outros compromissos que independam de autorização orçamentária para pagamento, como os restos a pagar² e o serviço da dívida a pagar.

TABELA 04 BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em Real

ATIVO	2015	AV ⁽¹⁾	PASSIVO	2015	AV ⁽²⁾
Ativo Financeiro	8.057.350.977	27,3%	Passivo Financeiro	2.039.988.746	1,1%
Ativo Permanente	21.461.859.948	72,7%	Passivo Permanente	191.161.255.073	98,9%
			Saldo Patrimonial	(163.682.032.893)	
TOTAL	29.519.210.926	100%	TOTAL	29.519.210.926	100%

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

⁽¹⁾ Análise Vertical Participação do item no total do Ativo

⁽²⁾ Análise Vertical Participação do item no total do Passivo

⁽³⁾ Análise Vertical Participação do item no total do Patrimônio Líquido

² Os restos a pagar são despesas que foram empenhadas pelos Órgãos, Entidades e Fundos Públicos do Estado, mas não foram pagas ao final do exercício financeiro.

Os ativos permanentes são bens, créditos e valores cujas mobilizações ou alienações (vendas) dependem de autorização legislativa.

O passivo permanente compreende as dívidas e outros compromissos cuja mobilização ou alienação (venda) depende de autorização legislativa.

O ativo permanente representou 72,7% do ativo total em 2015, e o passivo permanente foi de 98,9% do total do passivo.

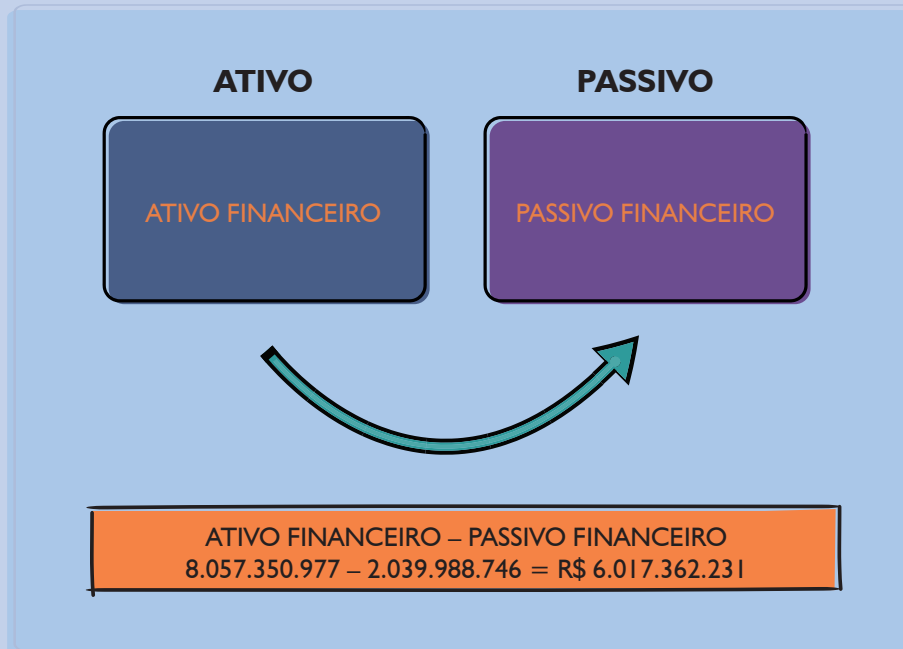


CAPÍTULO 13

Como é calculado o resultado financeiro no Balanço Patrimonial?



O resultado financeiro é apurado totalizando o ativo financeiro menos o passivo financeiro.



Com o resultado financeiro apurado positivamente em 2015, foi analisado um Quociente da Situação Financeira maior que 1, no valor de 3,95, o que gerou um Superávit Financeiro. Esse valor indica excesso de recursos financeiros, que poderá ser utilizado para cobertura de créditos adicionais³.

³ Os créditos adicionais classificam-se, segundo sua finalidade em: créditos suplementares; créditos especiais; e créditos extraordinários. Os créditos suplementares são valores que poderão ser acrescentados no orçamento aprovado, podendo ser provenientes de excesso de arrecadação de receitas e superávit financeiro do exercício anterior, por exemplo. Os créditos especiais se destinam a financiar programas novos, que não possuem dotação específica no orçamento em vigor. Os créditos extraordinários destinam-se a atender a despesas imprevistas e urgentes (calamidade pública, guerra, surtos epidêmicos etc.).

CAPÍTULO 14

O que são variações patrimoniais?



As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais do Órgão, Entidade e Fundo Público do setor público, mesmo em caráter compensatório, que são apresentadas em quadro específico nas Demonstrações das Variações Patrimoniais (qualitativas).

O patrimônio é dividido em bens (móveis, imóveis, etc.), direitos (disponibilidades financeiras, por exemplo) e obrigações (dívidas).

O resultado desses montantes é chamado de patrimônio líquido, que demonstra se o Órgão, Entidade e Fundo Público possui mais bens e direitos do que obrigações.

As variações patrimoniais podem ou não depender da execução orçamentária.

REFLEXO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS NA ANÁLISE DO ORÇAMENTO – UM OLHAR DO PATRIMÔNIO PARA O ORÇAMENTO

Quando passamos a analisar o patrimônio do balanço consolidado do Estado e suas variações, vemos que podem ser dependentes da execução orçamentária, a exemplo da receita de ICMS e das despesas com manutenção da máquina estatal. Mas podem ser também independentes da execução orçamentária, a exemplo das oriundas dos registros das depreciações do patrimônio do Estado e das doações recebidas em bens.

CAPÍTULO 15

O que é a demonstração das variações patrimoniais?



A demonstração das variações patrimoniais evidencia as alterações verificadas nos elementos patrimoniais da administração, podendo afetar, ou não, o resultado no exercício, o qual irá compor o patrimônio líquido no Balanço Patrimonial. É considerado um indicador de desempenho, já que no setor público mede o quanto o serviço público prestado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais.

O demonstrativo expressa os fatos contábeis que aumentaram o patrimônio nas demonstrações contábeis consolidadas do Estado, representados pelas variações aumentativas, em confronto com os fatos contábeis que reduziram o patrimônio, compostos pelas variações diminutivas.

As variações aumentativas representam as agregações de novos elementos ao patrimônio público, que poderão ocorrer por meio de aumento de valores ativos ou redução de valores passivos. São exemplos dessas variações: impostos, taxas, transferências recebidas da União, prestação de serviços, dentre outros.

As variações diminutivas são as alterações dos elementos do patrimônio público que reduzem o patrimônio líquido da entidade pelo aumento de valores passivos ou pela redução de valores ativos. São exemplos dessas variações: remuneração de pessoal, despesas com manutenção do órgão ou entidade, aposentadorias, depreciação de bens públicos, dentre outros.

TABELA 05 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Valores em Real

	2015		2015
Total de Variações Patrimoniais Aumentativas	148.861.991.841	Total de Variações Patrimoniais Diminutivas	179.336.276.190
Resultado Patrimonial do Período (Deficit)	30.474.284.349	Resultado Patrimonial do Período (Superávit)	-
TOTAL GERAL	179.336.276.190	TOTAL GERAL	179.336.276.190

CAPÍTULO 16

Como o resultado das variações patrimoniais afeta o Balanço Patrimonial?

As variações patrimoniais devem manter vinculação entre as contas de resultado e as patrimoniais. Assim, será possível identificar os efeitos produzidos nas contas patrimoniais pela movimentação das contas de resultado.

O resultado das variações patrimoniais irá compor o patrimônio líquido no Balanço Patrimonial. Positivamente, se for Superávit, ou negativamente, se for Déficit.

Com o resultado negativo alcançado em 2015, foi possível analisar um Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais menor que 1, no valor de 0,83, o que resultou em Déficit Patrimonial no exercício financeiro.



DVP VS BALANÇO PATRIMONIAL

DVP (Resumida)
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)
Impostos, taxas e Cont. Melhoria
Contribuições
Exploração de Bens, Serviços e Direitos
VPA Financeiras
Transferências e Delegações Recebidas
Valorização e Ganho com Ativos
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)
Pessoal e encargos
Benefícios Previdências e Assistenciais
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo
VPD Financeiras
Transferências e Delegações Concedidas
Desvalorização e Perda de Ativos
Tributárias
outras variações patrimoniais diminutivas
Resultado Patrimonial do Período (Superávit ou Déficit)
TOTAL

Balço patrimonial (Resumido)	
Ativo	Passivo
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Circulante	Circulante
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	Patrimônio Social e Capital Social
	Reservas de Lucros
	Resultados Acumulados
	Lucros e Prejuízos do ex.
	Lucros e Prejuízos Ex. Ant.
	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
TOTAL	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO
ATIVO PERMANENTE	PASSIVO PERMANENTE
	SALDO PATRIMONIAL
COMPENSAÇÕES	
Saldo dos atos Potenciais Ativos	Saldo dos atos Potenciais Passivos
TOTAL	TOTAL

O déficit do resultado patrimonial de 2015 foi proveniente de R\$ 30.474.284 mil.

CAPÍTULO 17

O que é a Provisão Matemática Previdenciária?



$$r^3 = 3$$

$$(3xy^3)$$

$$\frac{a^2}{3x^2}$$

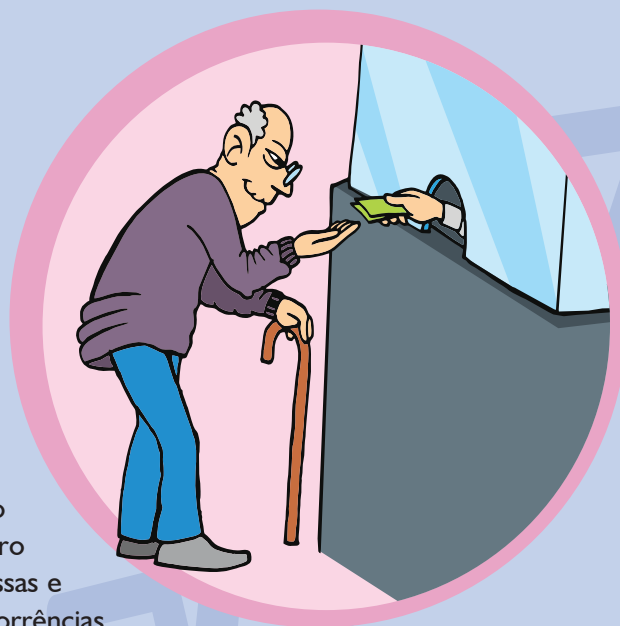
$$\sum_{k=1}^m \frac{1}{k} = 1 + \frac{1}{2}$$

$$\int e^x de^x$$

$$\sqrt{\Sigma}$$

1
—
k
= 1

A “Provisão Matemática” é o valor determinado através de cálculo probabilístico e financeiro que, integralizado e adicionado das contribuições vincendas, tudo devidamente capitalizado, deve formar os recursos monetários necessários para o pagamento dos benefícios assegurados pelo regulamento do plano. O cálculo probabilístico e financeiro é estruturado com a utilização de premissas e hipóteses de realização futura e cujas ocorrências ao longo do tempo estão sujeitas a influência dos diversos agentes financeiros, econômicos e a toda sorte de imprevistos.




Também chamada de passivo atuarial do Estado, a Provisão Matemática Previdenciária consiste no cálculo de dispêndios futuros com benefícios previdenciários, como aposentadorias, pensões e outros.

Segundo a Secretaria da Previdência Social do Governo Federal, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios assegurados por esse sistema. Realizando-se um cálculo futuro verifica-se o montante do déficit previdenciário, registrando tal valor no passivo não circulante.

Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF





A Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade como premissas básicas.

Para alcançar esse objetivo, a lei estabelece o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita; geração de despesa com pessoal, seguridade social e outras; dívida consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; e concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

A seguir, temos um quadro-resumo dos valores e índices atingidos nos demonstrativos exigidos pela LRF.

Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF		
Receita Corrente Líquida – 2015	Previsão Atualizada	Valor Realizado
	R\$ 27.051.901 mil	R\$ 27.207.611 mil

Fonte: FIPLAN / SEFAZ / SAF / COPAF



Limites Legais em relação a Receita Corrente Líquida				
Limite de Pessoal	Limite Realizado (%)	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Despesa de Pessoal	57,45	54,00	57,00	60,00
Executivo	47,61	43,74	46,17	48,60
Legislativo	2,80	3,06	3,23	3,40
Assembleia	1,45	1,68	1,78	1,87
TCE	0,78	0,81	0,86	0,90
TCM	0,57	0,57	0,60	0,63
Judiciário	5,54	5,40	5,70	6,00
Ministério Público	1,50	1,80	1,90	2,00
Limite da Dívida Consolidada Líquida – DCL	Limite Realizado (%)	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Dívida Consolidada Líquida - R\$ 16.136.540 mil	0,59	1,80	-	2,00
Limite da DCL = 2 vezes a Receita Corrente Líquida				

Fonte: FIPLAN / SICOF / SEFAZ / SAF / COPAF

Limites Constitucionais		
Descrição	Limite Realizado (%)	Limite Mínimo Anual (%)
Educação	27,96%	25,00%
Saúde	12,69%	12,00%

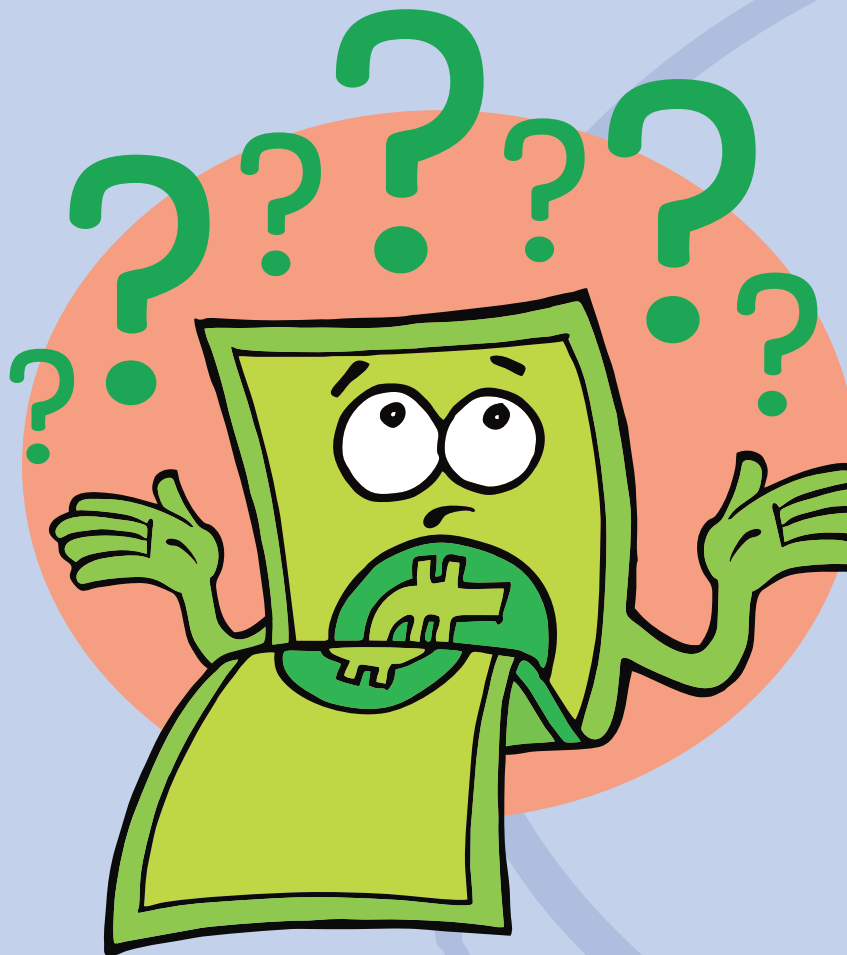
Fonte: FIPLAN / SEFAZ / SAF / COPAF

Limites Constitucionais		R\$ Mil
Descrição	Valor Realizado	Meta Anual LDO
Resultado Primário	-570.487	-1.254.000
Resultado Nominal	4.765.425	-107.158

Fonte: FIPLAN / SEFAZ / SAF / COPAF

CAPÍTULO 19

O que é a Dívida Pública ?



Os Estados, os Municípios e a União prestam serviços e realizam investimentos necessários ao desenvolvimento econômico e social, utilizando para isto receitas obtidas, principalmente, na forma de tributos incidentes sobre a produção, a renda e o consumo de empresas e trabalhadores. Entretanto, especialmente em relação aos gastos com investimentos, que desempenham papel central na evolução da atividade econômica e do nível de bem-estar da sociedade, envolvendo elevados valores, a receita tributária normalmente é insuficiente, sendo preciso complementá-la. Neste sentido, o setor público recorre ao instrumento da

dívida pública, que consiste em recursos obtidos por meio de operações de crédito contratadas junto a instituições financeiras sob o compromisso de pagamento de juros e outros encargos, assim como da devolução de tais recursos (amortização) ao longo de determinado período de tempo.

TABELA 06.1 DÍVIDA PÚBLICA EM 31.12.2015

Valores em Real

Discriminação	
Dívida Interna	11.660.760.959
Dívida Externa	9.720.545.865
Dívida Total	21.381.306.824

Fonte: SDP / SEFAZ

TABELA 06.2 RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Valores em Real

Discriminação	
Banco do Brasil	562.740.000
Caixa Econômica Federal	266.793.091
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	107.596.620
Banco Mundial	57.531.450
Banco Interamericano	11.457.575
Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura	9.077.367
Total	1.015.196.103

Fonte: SDP / SEFAZ

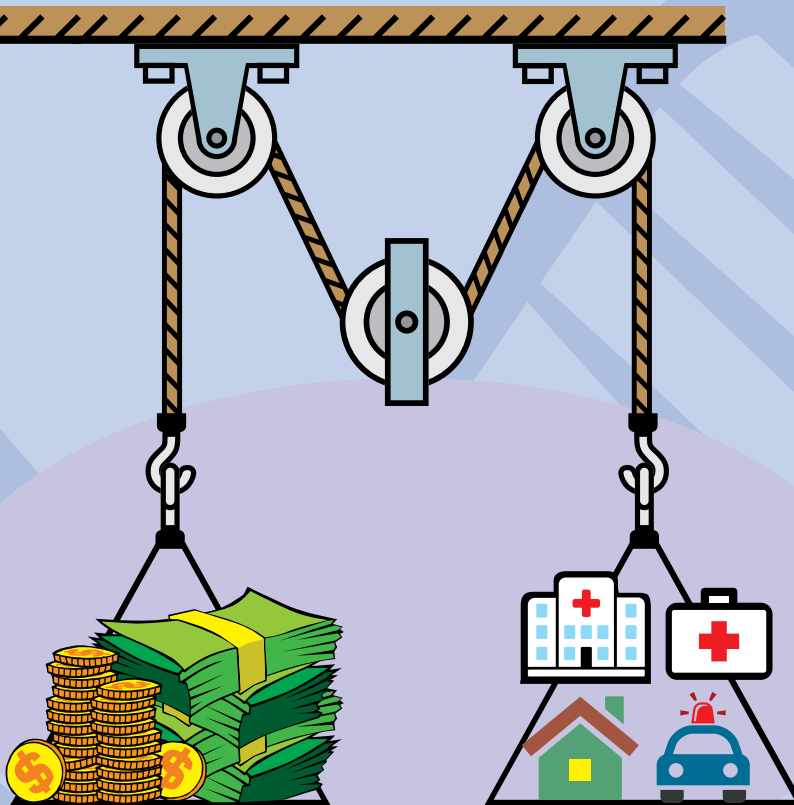
TABELA 06.3 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PAGOS EM 2015

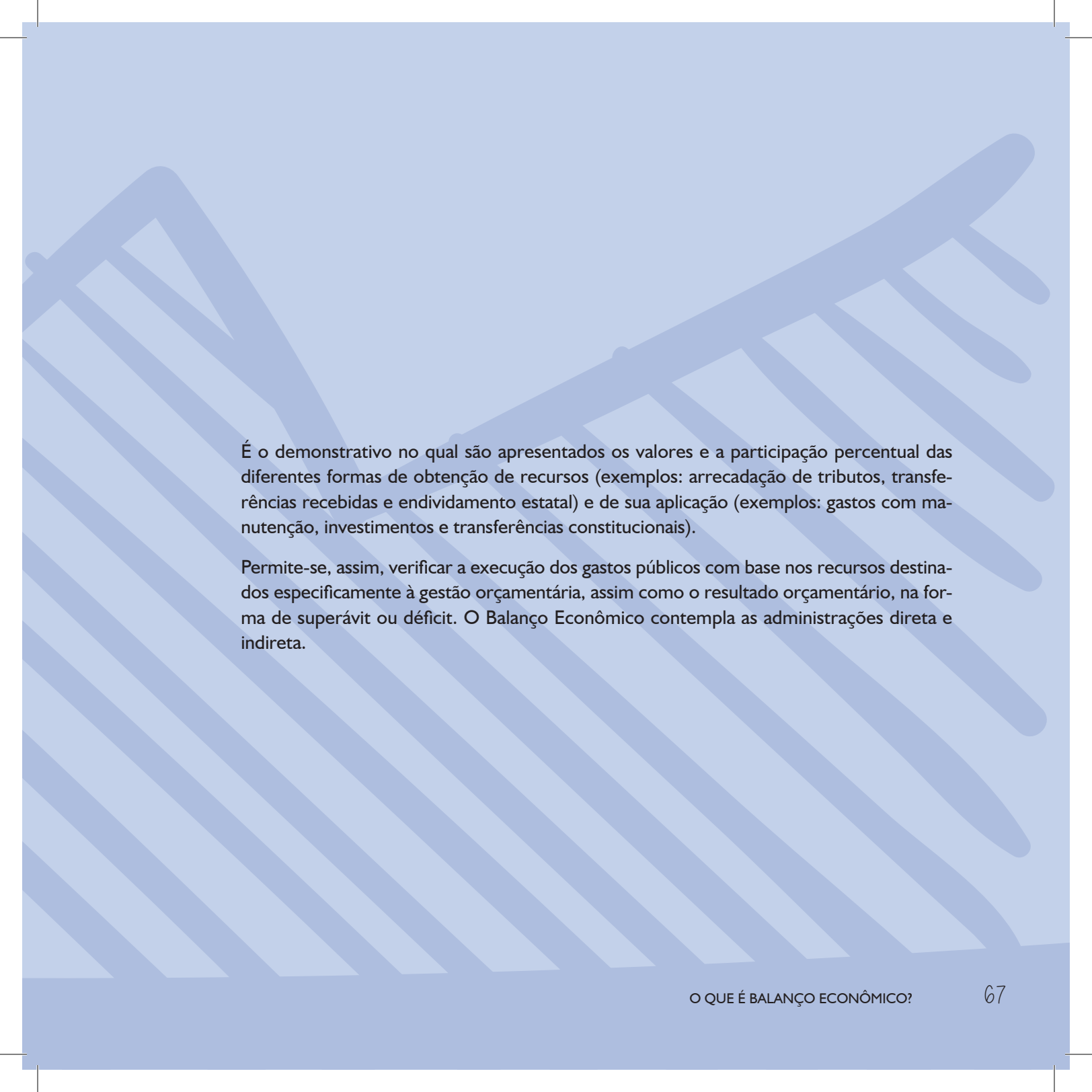
Valores em real

Discriminação	
Amortização	954.914.645
Encargos	633.856.979
Total	1.588.771.623

Fonte: SDP / SEFAZ

O que é Balanço Econômico?





É o demonstrativo no qual são apresentados os valores e a participação percentual das diferentes formas de obtenção de recursos (exemplos: arrecadação de tributos, transferências recebidas e endividamento estatal) e de sua aplicação (exemplos: gastos com manutenção, investimentos e transferências constitucionais).

Permite-se, assim, verificar a execução dos gastos públicos com base nos recursos destinados especificamente à gestão orçamentária, assim como o resultado orçamentário, na forma de superávit ou déficit. O Balanço Econômico contempla as administrações direta e indireta.

TABELA 06.4 BALANÇO ECONÔMICO – 2015

Valores em Real

Recursos Obtidos		AV ⁽¹⁾	Recursos Aplicados		AV ⁽¹⁾
Da arrecadação de tributos	22.435.236.825	57,21%	Gastos com manutenção	29.782.094.715	75,52%
(-) Conta Redutora	-2.804.252.723	-7,15%	Pessoal e Encargos sociais exceto Previdência	14.734.466.480	37,36%
Da Exploração do Patrimônio Estatal	1.004.348.273	2,56%	Previdência	5.696.596.807	14,45%
(-) Conta Redutora	-24.916.694	-0,06	outros serviços de Terceiros	5.0344.026.739	12,77%
De transferências Recebidas	12.875.821.624	32,84%	Material de consumo	291.847.455	0,74%
(-) Conta Redutora	-1.647.683.423	-4,20	Locação de mão de obra	1.062.426.836	2,69%
De Alienações de Bens	18.443.021	0,05%	Demais gastos	2.962.730.399	7,51%
Do Endividamento Estatal	1.015.834.048	2,59%	Serviços da Dívida	1.588.771.623	4,03%
Demais receitas	6.392.471.617	16,30%	Juros e Encargos	633.856.979	1,61%
(-) Conta Redutora	-52.132.901	-0,13	Amortização	954.914.645	2,42%
			Investimentos	2.292.137.950	5,81%
			Inversões Financeiras	281.031.071	0,71%
			Transf. Constitucionais a Municípios	5.147.554.497	13,05%
			Outras Transferências	343.888.379	0,87%
SUBTOTAL	39.213.169.666	100,00%	SUBTOTAL	39.435.478.235	100,00%
			Superávit/Déficit	-222.308.569	
TOTAL	39.213.169.666		TOTAL	39.213.169.666	

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

⁽¹⁾ Análise Vertical. Participação do item no Subtotal

O Estado da Bahia obteve recursos no valor de R\$ 39.213.169 mil. A análise da composição desse total revela que os seus itens mais significativos são: receitas da arrecadação de tributos, num total de R\$ 22.435.236 mil, ou 57,21% do total; e receitas de transferências, abrangendo transferências correntes e transferências de capital, no valor de R\$ 12.875.821 mil, correspondente a 32,84% dos recursos obtidos.

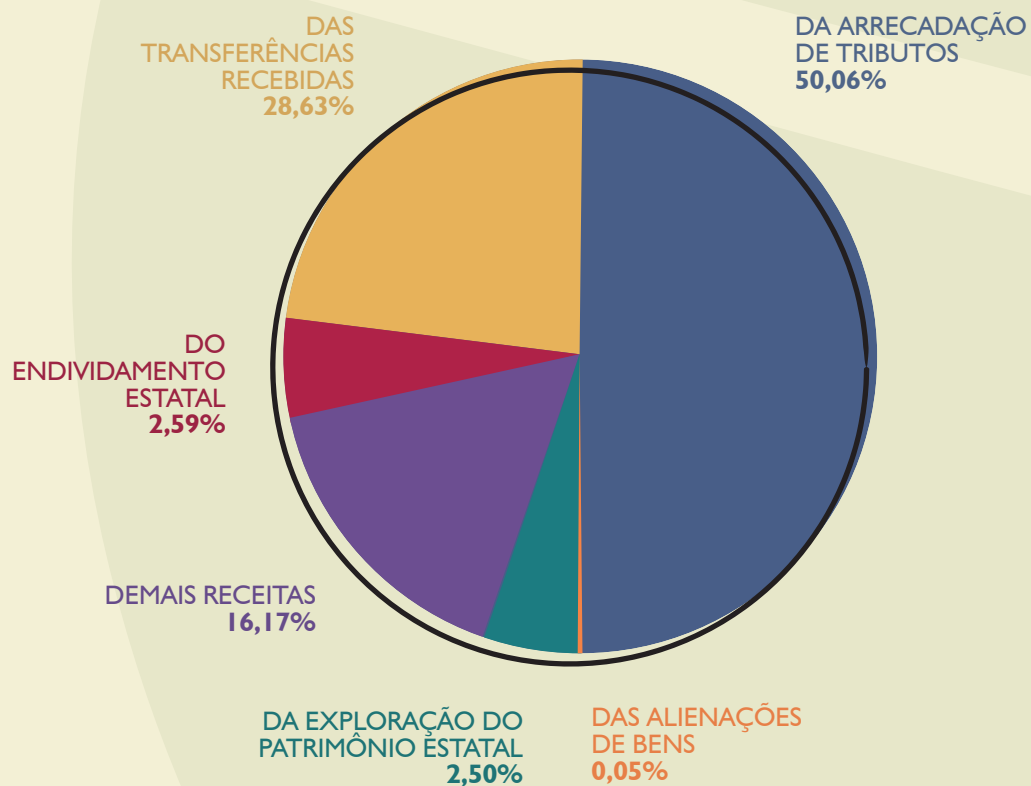
Considerando os recursos aplicados em 2015, o valor total é de R\$ 39.435.478 mil e o item mais expressivo é o gasto com manutenção, no valor de R\$ 29.782.094 mil, ou 75,52% do total. Destes, destaca-se a despesa com pessoal e encargos, equivalente a 37,36%, e a despesa com previdência, que representou 14,45%.

O confronto entre os recursos obtidos e a aplicação de recursos tem como resultado um déficit orçamentário de R\$ 222.308 mil.

Comparando as participações líquidas percentuais, tanto nos recursos obtidos quanto nos aplicados, temos as seguintes situações:

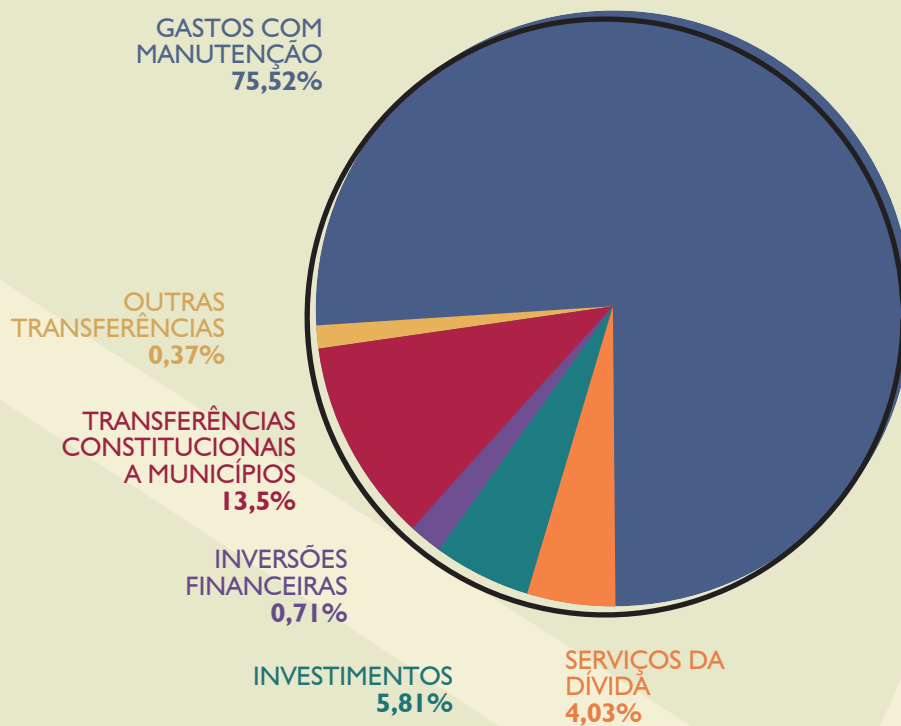
RECURSOS OBTIDOS

GRÁFICO 06



RECURSOS APLICADOS

GRÁFICO 07



EQUIPE TÉCNICA









EQUIPE TÉCNICA

Carina Ramos Santos

Carlos Alberto Barreto Miranda

Erickson Sodré Afonso

Itamar Araújo Gomes Júnior

Lednalda Reis Santos dos Reis

Maria de Fátima Camelier de Souza Castro

Otávio Antônio Nunes West

Raimundo Gibernon de Almeida

Rita Conceição Vieira de Freitas

Tereza Neuman Almeida Fonseca Portugal

Roberval Lopes Lima

Washington Bomfim Mascarenhas Ventim

EQUIPE EDITORIAL

Coordenação Editorial

P55 Edição / André Portugal e Marcelo Portugal

Revisão de Textos

Renata Siqueira

Impressão e Acabamento

Empresa Gráfica da Bahia – EGBA

Ilustrações

Thiago Durães

Ficha catalográfica

B Bahia.Secretaria da Fazenda
Prestação de contas anual simplificada 2015/ A Secretaria.
Organização de Carlos Alberto Barreto Miranda.I._ Salvador:
P55 Edições, 2016.

76p.

I.Administração Pública. 2.Secretaria da Fazenda – Prestação
de Contas 3. Miranda, Carlos Alberto Barreto – org. I,Título.

CDD350,7



Av. Tancredo Neves, Caminho das Árvores, Salvador, BA
Tel.: 3272-2000 | www.p55.com.br